

**Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2016**

**Processo nº 1351/2016**

(Regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto 5.450/05 e subsidiariamente, pelas Leis nº 8.666/93, Nº 9.784/99, LC 123/06 e suas alterações e demais legislação complementar).

Tipo:	“MENOR PREÇO POR ITEM”
Objeto:	<b>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CONSERVAÇÃO DA ÁREA VERDE, VARRIÇÃO, RASPAGEM, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE MEIOS FIOS E SARJETAS, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO A ESTE EDITAL.</b>

**SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES**

Dia:	<b>04/outubro/2016</b>
Hora:	<b>09:00 horas (Horário de Brasília – DF)</b>
Site:	<a href="http://www.bllcompras.org.br">www.bllcompras.org.br</a>
Local:	<b>Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT (Sala de Licitações).</b>

**LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL**

Dias:	Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)
Horários:	Das 07:00 h às 13:00h – Horário do Mato Grosso.
LOCAL:	Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT (Sala do Setor de Licitações)

**RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET**

Retire o Edital acessando a página

<http://www.primaveradoleste.mt.gov.br>, local “**PUBLICAÇÕES – Editais e Licitações**”.

Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Primavera do Leste via e-mail: [licita3@pva.mt.gov.br](mailto:licita3@pva.mt.gov.br), conforme **modelo do Anexo VIII** deste Edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário.

## **AVISO IMPORTANTE**

Conforme Acórdão TCU n. 754/2015 – Plenário, a Administração Pública está obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados no art. 7º da Lei 10.520/2002.

**Art. 7º** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Recomendamos que os interessados em participar do certame leiam atentamente todas as exigências habilitatórias contidas no Edital e seus anexos, verificando se dispõem dos documentos exigidos.

E, ainda, que sejam observadas todas as características do objeto licitado para, assim, evitar propostas com valores inexequíveis, pois não será aceito pedido de desistência após o início da sessão do pregão.

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2016

O Município de Primavera do Leste, por intermédio da **Secretaria Municipal de Infraestrutura – SINFRA**, através do (a) PREGOEIRO (a) designado (a) pela Portaria nº 615/16 de 17/05/2016, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei n.º 10.520/2002**, do **Decreto n.º 5.450/2005**, da **Lei Complementar n.º 123/2006** e, subsidiariamente, da **Lei n.º 8.666/1993** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro da Secretaria Municipal de Administração, denominado (a) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados *ou transferidos para o aplicativo*, constante da página eletrônica da Bolsa Licitações e Leilões – [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br).

O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br) e [www.primaveradoleste.mt.gov.br](http://www.primaveradoleste.mt.gov.br) ícone “Publicações – Editais e Licitações”.

### DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

**Recebimento das propostas:** A partir da publicação;

**Do encerramento do recebimento das propostas:** 04 de outubro de 2016 às 08:30 horas (Horário de Brasília - DF);

**Data de abertura das propostas:** 04 de outubro de 2016, às 09:00 horas (Horário de Brasília - DF);

**Início da sessão de disputa de preços:** 04 de outubro de 2016, às 10:00 horas (Horário de Brasília - DF).

**Endereço eletrônico da disputa:** [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

### SEÇÃO I – DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a contratação de serviços continuados de conservação da área verde, varrição, raspagem, limpeza e conservação de meios fios e sarjetas, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações em anexo a este Edital.

1.1. A prestação dos serviços continuados de conservação da área verde, varrição, raspagem, limpeza e conservação de meios fios e sarjetas compreendem, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos e materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme disposto nos Anexos a este Edital.

### SEÇÃO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$

2.266.011,00 (Dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil e onze reais), conforme o orçamento anexo.

### **SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO, o licitante deverá manifestar em campo próprio do *Sistema Eletrônico*, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica, constante do **Termo de Referencia - ANEXO I** do presente Edital.

- 3.1.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.
- 3.2.** Poderão participar deste Pregão na forma Eletrônica as empresas do ramo pertinente ao objeto licitado que atenderem a todas as normas legalmente constituídas e que satisfaçam as exigências de apresentação de documentos e anexos fixados neste edital.
- 3.3.** A participação na licitação implica, automaticamente, aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e Leis aplicáveis.
- 3.4.** As empresas licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Primavera do Leste/MT não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**4.** Não poderão participar deste **Pregão**:

- 4.1.** empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
- 4.2.** empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 4.3.** empresário impedido de licitar e contratar com a União e Estado, durante o prazo da sanção aplicada;
- 4.4.** empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- 4.5.** empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- 4.6.** quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
  - 4.6.1.** Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 4.7.** sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

- 4.8. empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
  - 4.9. empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
  - 4.10. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
  - 4.11. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
  - 4.12. cooperativa de mão de obra, conforme disposto no art. 5 da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012.
5. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, **licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional**, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, **em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação** em consequência do que dispõem o arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- 5.1. A **licitante optante pelo Simples Nacional**, que, porventura venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
  - 5.2. Caso a **licitante optante pelo Simples Nacional** não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Município de Primavera do Leste, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
  - 5.3. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

#### **SEÇÃO IV – DA VISTORIA**

6. A **licitante** poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último

dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura – Sinfra, pelo telefone (66) 3498-1730.

- 6.1. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as **licitantes** não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

## SEÇÃO V – DA PROPOSTA

7. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados no preâmbulo deste edital, no sítio [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br), quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

- 7.1. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **preço unitário de cada item da proposta**, já considerados e inclusos todos os insumos que o compõem, tais como tributos, fretes, tarifas, descontos e demais despesas decorrentes da execução do objeto, sendo aceito apenas valores abaixo ou igual ao estimado.
- 7.2. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 7.3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- 7.4. A **licitante** enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- 7.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.
8. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 8.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 8.2. Até 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
9. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 9.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

## **SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

10. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br).
11. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
12. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
13. **Informa-se ainda que devido ao caráter sigiloso das licitações, na fase de lances, o Pregoeiro não atenderá ao telefone para responder questões inerentes ao presente Pregão.**

## **SEÇÃO VII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

14. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
15. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## **SEÇÃO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

16. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
17. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
18. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
19. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
20. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
21. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
22. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
23. No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa às participantes no sítio [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br).
24. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo **Pregoeiro**, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.
25. Decorrido o prazo fixado pelo **Pregoeiro**, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30

(trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

## **SEÇÃO IX – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**26.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

**26.1.** a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

**26.1.1.** caso a **licitante** tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela **licitante**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

**26.2.** não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**26.3.** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

**26.4.** a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

**26.5.** na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

## **SEÇÃO X – DA NEGOCIAÇÃO**

**27.** O **Pregoeiro** poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

- 27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

## **SEÇÃO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

28. A **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, até às 10 (dez) horas (horário de Brasília – DF) do dia útil seguinte ao da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**, para o e-mail [licita3@pva.mt.gov.br](mailto:licita3@pva.mt.gov.br).

28.1. A proposta de preço deverá conter, ainda, os seguintes documentos:

28.1.1. Todas as planilhas específicas de preços unitários e totais ofertados para a execução do objeto desta licitação, conforme modelos anexos ao Edital;

28.1.2. GFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) da **licitante**.

28.2. Os documentos remetidos ao email [licita3@pva.mt.gov.br](mailto:licita3@pva.mt.gov.br) poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

28.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Licitações do Município de Primavera do Leste, situado na Rua Maringá nº 444 - Centro, CEP 78850-000, Primavera do Leste/MT.

28.3. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

29. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

29.1. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

29.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

29.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

29.4. O **Pregoeiro** poderá fixar prazo a **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** para o reenvio (uma única vez) do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo Município.

29.4.1. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor glo-

bal.

- 29.5.** Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado, ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 29.5.1.** também não serão aceitas propostas com valor unitário da mão de obra (total da planilha de custos e formação de preços de um empregado) superior ao estimado pela administração.
- 29.5.2.** também não serão aceitas propostas com valor total dos materiais superior ao estimado pela Administração, nos casos em que a contratação envolver o fornecimento de materiais.
- 29.5.3.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.
- 29.5.4.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- 29.5.4.1.** questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 29.5.4.2.** verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- 29.5.4.3.** levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
- 29.5.4.4.** consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- 29.5.4.5.** pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 29.5.4.6.** verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- 29.5.4.7.** pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- 29.5.4.8.** verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- 29.5.4.9.** levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- 29.5.4.10.** estudos setoriais;
- 29.5.4.11.** consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- 29.5.4.12.** análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições

excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;

**29.5.4.13.** demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**29.6.** A **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** deverá apresentar sua proposta obedecendo, quanto aos salários, ao estabelecido no Anexo II a este Edital.

**29.6.1.** Caso a **licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar apresente proposta com salário inferior ao piso salarial estabelecido no instrumento coletivo a que esteja obrigada, o **Pregoeiro** fixará prazo para ajuste da proposta, uma única vez.

**29.6.2.** O não atendimento à solicitação do **Pregoeiro** no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.

**29.6.3.** O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.

**29.6.4.** Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.

## SEÇÃO XII – DA HABILITAÇÃO

**30.** A licitante deverá, **obrigatoriamente**, até o prazo estipulado para encerramento do recebimento das propostas, conforme data e horário que constam no preâmbulo deste Edital, anexar os documentos solicitados para habilitação, por meio da opção “Documentos Processuais” no sistema [www.blcompras.org.br](http://www.blcompras.org.br).

**31.** A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do CRC – Certificado de Registro Cadastral do Município (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

**32.** As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no CRC deverão apresentar documentos que supram tais exigências, conforme relação de documentos na opção “Documentos Processuais” no sistema [www.blcompras.org.br](http://www.blcompras.org.br).

**33.** Realizada a habilitação parcial no CRC, será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas na Condição 4 da Seção III – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

**33.1.** CRC, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

**33.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**33.3.** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

**34.** As consultas previstas na Condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

**35.** Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no

certame, a habilitação das **licitantes** será realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

- 35.1.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;
- 35.2.** Registro/Certidão de inscrição dos membros da EQUIPE TÉCNICA SUPERIOR no Conselho Profissional competente que exija tal inscrição, da região ou sede da empresa.
  - a)** Engenheiro Sanitarista, Ambiental ou Civil (referente aos serviços de varrição); e
  - b)** Engenheiro Florestal, ou Ambiental, ou Agrônomo (referente aos serviços de poda).
    - 35.2.1.** Possuir o licitante, na data prevista para a entrega dos envelopes, vínculo com os profissionais de nível superior registrado no Conselho Profissional Competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, acompanhado do CAT, por execução de serviços de características semelhantes.
    - 35.2.2.** Certidão de acervo Técnico - CAT deverá referir-se as atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional.
    - 35.2.3.** Vinculação dos profissionais constante do item 35.2.1 será caracterizada através do vínculo empregatício, participação societária ou por meio de contrato de prestação de serviços.
    - 35.2.4.** O vínculo empregatício será comprovado mediante anexação de cópia da carteira profissional de trabalho - CTPS e da FRE - Ficha de Registro de Empregados, que demonstre a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS onde conste o nome do profissional.
    - 35.2.5.** A participação societária será comprovada à luz dos documentos apresentados consoante o item 35.2.3.
    - 35.2.6.** O contrato de prestação de serviços a que se refere o item 35.2.3, deverá ser apresentado de acordo com a legislação comum, com firma reconhecida do contratante e contratado e ter vigência temporal até a entrega do objeto da licitação à Administração Pública.
- 35.3.** Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da **licitante**, que comprove(m):
  - 35.3.1.** Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a **licitante** gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação;

- 35.3.1.1.** Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.
- 35.3.1.2.** O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- 35.3.1.3.** As **licitantes** deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.
- 35.3.1.4.** Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- 35.3.1.5.** Os atestados e/ou certidões de capacidade técnica deverão ter sido emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados/averbados pelo Conselho de Classe correspondente ao profissional.
- 35.3.2.** Experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do pregão;
- 35.3.2.1.** Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.
- 35.3.2.2.** Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do **Pregoeiro**.
- 35.4.** Cópia(s) de contrato(s) ou ARP(s) acompanhada(s) de Nota de Empenho, vigente(s) e em execução, na data de abertura da sessão pública deste procedimento licitatório, comprovando que a **licitante** gerencia, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no seu contrato social, registrado na junta comercial competente, no mínimo 20 (vinte) empregados terceirizados, condição mínima necessária para que comprove a capacidade de arcar com todas as suas despesas operacionais;
- 35.5.** Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei e regulamentos na data de realização deste pregão, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste processo licitatório;
- 35.6.** Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;
- 35.7.** Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Adminis-

tração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, conforme modelo constante no Anexo III;

**35.8.** Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**;

**35.9.** Os documentos exigidos nas quatro Subcondições anteriores deverão comprovar:

**35.9.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1; Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;

**35.9.2.** Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação;

**35.9.3.** Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

**35.9.4.** Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste pregão.

**35.10.** Caso o valor total constante na declaração de que trata o subcondição 35.6 apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a **licitante** deverá acrescentar as devidas justificativas ao Anexo III.

**35.10.1.** Se as justificativas não forem entregues concomitantemente à documentação, o **Pregoeiro** poderá fixar prazo para a sua apresentação.

**36.** O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

**37.** Os documentos que não estejam contemplados no CRC deverão ser remetidos conforme forma indicada na **Condição 30**, no mesmo prazo estipulado na mencionada condição.

**37.1.** Os documentos remetidos por meio da opção “Documentos Processuais” no sistema [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br) poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

**37.1.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Licitações do Município de Primavera do Leste, situado na Rua Maringá nº 444 - Centro, CEP 78850-000, Primavera do Leste/MT.

**37.2.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

**37.3.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues

acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

- 37.4.** Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
- 37.5.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 37.6.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 37.6.1.** O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.
- 37.6.2.** A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela **licitante**, mediante apresentação de justificativa.
- 37.7.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.

**38.** Se a proposta não for aceitável, ou se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

**39.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

### **SEÇÃO XIII – DA DEMONSTRAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**40.** Não se exigirá demonstração do serviço ofertado.

### **SEÇÃO XIV – DO RECURSO**

**41.** Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

- 41.1.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.
- 41.2.** O **Pregoeiro** examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
- 41.3.** A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as ra-

zões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

42. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos do PE-072/2016 franqueada aos interessados.

43. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.

44. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

45. O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo **Pregoeiro**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

46. A homologação deste **Pregão** compete a Secretária Municipal de Infraestrutura do Município de Primavera do Leste - MT.

47. O objeto deste **Pregão** será adjudicado por itens à(s) **licitante(s) vencedora(s)**.

### **SEÇÃO XVI – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

48. Depois de homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante vencedora** será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

48.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela **licitante vencedora** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

49. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.

50. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do CRC e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

51. Quando a **licitante** convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocada outra **licitante** para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

### **SEÇÃO XVII – DAS SANÇÕES**

52. A **licitante** ficará impedida de licitar e contratar com o Município e será descredenciada no CRC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

52.1. cometer fraude fiscal;

- 52.2. apresentar documento falso;
- 52.3. fizer declaração falsa;
- 52.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 52.5. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 52.6. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- 52.7. não manter a proposta.

53. Para os fins da subcondição 52.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

### **SEÇÃO XVIII – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

54. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, ou seja, **29/09/2016**, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **impugnar** o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada **exclusivamente** para o endereço eletrônico [licita3@pva.mt.gov.br](mailto:licita3@pva.mt.gov.br), até as 11 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

55. O **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

56. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

57. Os pedidos de **esclarecimentos** devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, ou seja **28/09/2016**, **exclusivamente** para o endereço eletrônico [licita3@pva.mt.gov.br](mailto:licita3@pva.mt.gov.br), até às 11:00 horas, no horário de Brasília - DF .

58. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados e no site [www.primaveradoleste.mt.gov.br](http://www.primaveradoleste.mt.gov.br) ícone Publicações – Editais e Licitações.

### **SEÇÃO XIX – DISPOSIÇÕES FINAIS**

59. A Secretária Municipal de Infraestrutura do Município de Primavera do Leste compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

59.1. A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

59.2. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

60. É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

61. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar

erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**61.1.** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

**62.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

**63.** Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

**64.** Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

## **SEÇÃO XX – DOS ANEXOS**

**65.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- 65.1.** Anexo I - Termo de Referência;
- 65.2.** Anexo II – Do Orçamento;
- 65.3.** Anexo II a, b, c, d, e, f, g e h – Planilhas;
- 65.4.** Anexo III – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública;
- 65.5.** Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;
- 65.6.** Anexo V – Modelo Declaração Requisitos Legais;
- 65.7.** Anexo VI – Modelo Declaração Superveniência de Fatos Impeditivos;
- 65.8.** Anexo VII – Requerimento Tratamento Diferenciado ME/EPP;
- 65.9.** Anexo VIII – Recibo Retirada de Edital;
- 65.10.** Anexo IX – Modelo Atestado (Declaração) Capacidade Técnica;
- 65.11.** Anexo X – Minuta do Contrato;
- 65.12.** Anexo XI - Modelo de Carta de Fiança Bancária para Garantia de Execução Contratual.

## **SEÇÃO XXI – DO FORO**

**66.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Primavera do Leste/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Primavera do Leste, 19 de setembro de 2016.

Mirna Heckler Braff  
Pregoeira Oficial

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2016**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de conservação da área verde, varrição, raspagem, limpeza e conservação de meios fios e sarjetas, em conformidade com as respectivas especificações contidas neste Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. No Brasil, cabe ao município sobre a gestão dos serviços de limpeza urbana produzidos em seu território, disposto na Constituição Federal, art. 30, inciso V, podendo ser administrado de forma direta pelo município; por meio de empresa terceirizada para efetuar a limpeza urbana no município.

Atualmente, o poder público municipal tem dificuldade em atuar na execução direta dos serviços referentes aos serviços de limpeza urbana devido à escassez de recursos: financeiros, humano, infraestrutura e máquinas equipamentos, ausência de monitoramento contínuo / periódico, disposição final dos resíduos.

Sendo assim, a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Primavera do Leste, utiliza a ferramenta legal de terceirizar junto à iniciativa privada, a operacionalização da limpeza urbana (Varrição manual de Vias, Logradouros Públicos e Praças, Capina, Raspagem, Poda de grama entre outros serviços), por meio de processo licitatório, regido pela legislação federal, Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública baseado no planejamento detalhado da gestão e operacionalização dos serviços prestados.

**3 DESCRIÇÃO DO OBJETO**

<p><b>01</b></p>	<p><u>Varrição manual de Vias, Logradouros Públicos e Praças, Capina, Raspagem, Limpeza superficial de Boca de Lobo nas Vias e Logradouros Públicos</u> com operação de recolhimento de todos os detritos possíveis da varrição nas vias públicas, notadamente em suas sarjetas, excluindo terra em excesso, pedras, ou seja, resíduos que venham ocasionar o rompimento dos sacos plásticos. São papéis, ciscos, folhas de árvores, cascas de frutas, invólucros de pequeno porte, palitos de fósforo, tampas de garrafa e outros.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Fornecimento de todo material e equipamentos para execução dos serviços (lutocar metálico ou pilielileno de 100 L, pá pequena de metal com cabo longo, enxada com cabo, rastelo com cabo, garfo ervateiro, vassourão com cabo, vassourinha com cabo, carrinho de mão e EPI's, entre outros);</li><li>- Aproximadamente 40 (quarenta) garis/varredor/coletor;</li><li>- Varrição manual de Sarjetas e Passeios será de 560.000 mil metros /mês estimado.</li><li>- Prazo de execução 180 dias.</li></ul>
<p><b>02</b></p>	<p><u>Limpeza, manutenção e conservação da área verde</u> – consiste no corte da grama, acabamento e recolhimento dos resíduos. Poda das plantas pequenas que se encontram ao redor dos canteiros, manutenção dos jardins dos canteiros centrais e laterais das Avenidas, MT 130 e BR 070. Toda e qualquer erva daninha que se encontrar na área verde deverá ser exterminada.</p>

da. Todo material, ferramental e mão de obra é por conta da CONTRATADA.

- Aproximadamente 20 (vinte) serviços gerais/varredor/coletor

- Aproximadamente 42.850m<sup>2</sup>/ mês

Prazo de execução é de 180 dias.

#### **4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

##### **4.1 Varição manual de vias, logradouros públicos e praças.**

4.1.1 Define-se como o ato de varrer as sarjetas de ambos os lados de uma avenida, rua, logradouro, medida pelo eixo desta, incluindo calçadas, calçadões e canteiros centrais, sendo o complemento pelas funções de coletar, acondicionar e remover os resíduos resultantes das atividades, acondicionando em sacos plásticos esses fornecidos pela contratante que recolhera e dará destino final.

4.1.2 Entende-se como gari/varredor/coletor, o profissional ligado ao Serviço de Limpeza Pública que faz o trabalho de varrição, capina raspagem, coleta de resíduos acumulados dos serviços mencionados e/ou outros serviços urbanos nas ruas, avenidas, praças e canteiros centrais do Município de Primavera do Leste.

4.1.3 Os serviços de varrição manual de sarjetas e passeios terão as equipes constituídas em duplas de garis varrendo, recolhendo, acondicionando e dispendo os resíduos em um ponto de acumulação na calçada, para posterior coleta específica, sendo que o gari deverá realizar os serviços em um lado da guia, a coleta desses pontos de acumulação deverá ocorrer no prazo máximo de 2(duas) horas após o serviço realizado.

4.1.4 Os serviços de varrição manual de sarjetas e passeios deverão se enquadrar na NBR/ABNT 12.980, sendo empregados vassourões, pá com cabo longo para recolhimento dos resíduos e carrinho coletor tipo lutocar com duas rodas, cujo centro apresenta características para acomodar saco descartável. Os sacos deverão ser dispostos em pontos de acumulação para coleta específica a ser realizada pela contratante.

4.1.5 Todos os garis/varredor/coletor deverão estar utilizando uniformes com faixas refletivas na calça, camiseta de manga longa, boné e os Equipamentos de Proteção Individual EPI's.

4.1.6 Definem-se como ato de varrer praças, devendo ser complementado pelas funções de coletar, acondicionar e remover os resíduos resultantes das atividades.

4.1.7 Os garis/varredor além de varrer, deverão recolher os resíduos dos cestos de lixo público instalados nas praças.

##### **4.2 Poda de grama canteiros centrais das vias públicas**

4.2.1 Consiste na poda, juntada e transporte para local indicado pela Contratante. A poda de grama será executada nos canteiros das avenidas e praças públicas do município, por profissionais treinados, portando todos os equipamentos necessários, tais como: roçadeira costal, maquina de corta grama, EPI'S, redes de proteção, etc.

4.2.2 Após a execução da poda os resíduos deverão ser recolhidos imediatamente pela Contratada e transportados para a destinação final no aterro sanitário, ou para outro local indicado e de propriedade da Prefeitura, devendo o mesmo se localizar dentro do próprio município.

#### 4.3 Quantitativos com valores orçamentários estimados

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade Mensal	Quantidade Semestral	Valor/mês R\$	Valor Período R\$
01	<p><u>Varrição manual de Vias, Logradouros Públicos e Praças, Capina, Raspagem, Limpeza superficial de Boca de Lobo nas Vias e Logradouros Públicos</u> com operação de recolhimento de todos os detritos possíveis da varrição nas vias públicas, notadamente em suas sarjetas, excluindo terra em excesso, pedras, ou seja, resíduos que venham ocasionar o rompimento dos sacos plásticos. São papéis, ciscos, folhas de árvores, cascas de frutas, invólucros de pequeno porte, palitos de fósforo, tampas de garrafa e outros.</p> <p>- Fornecimento de todo material e equipamentos para execução dos serviços (lutocar metálico ou polietileno de 100 L, pá pequena de metal com cabo longo, enxada com cabo, rastelo com cabo, garfo ervateiro, vassourão com cabo vassourinha com cabo, carrinho de mão e EPI's, entre outros);</p> <p>- Aproximadamente 40 (quarenta) garis/varredor/coletor;</p> <p>- Varrição manual de Sarjetas e Passeios será de 560.000 mil metros /mês</p> <p>- Prazo de execução 180 dias.</p>	M	560.000	3.360.000	274.400,00	1.646.400,00
02	<p><u>Limpeza, manutenção e conservação da área verde</u> – consiste no corte da grama, acabamento e recolhimento dos resíduos. Poda das plantas pequenas que se encontram ao redor dos canteiros, manutenção dos jardins dos canteiros centrais e laterais das Avenidas, MT 130 e BR 070. Toda e qualquer erva daninha que se encontrar na área verde deverá ser exterminada. Todo material, ferramental e mão de obra é por conta da CONTRATADA.</p> <p>- Aproximadamente 20 (vinte) serviços gerais/varredor/coletor</p> <p>- Aproximadamente 42.850m<sup>2</sup>/ mês</p> <p>Prazo de execução é de 180 dias.</p>	M <sup>2</sup>	42.850	257.100	103.268,50	619.611,00
<b>Valor Total Estimado R\$</b>					<b>2.266.011,00</b>	

## 5. SISTEMA DE TRABALHO

5.1 As atividades serão executadas por equipes mínimas, descritas neste Termo de Referência, comandadas por seus encarregados. As equipes de trabalho deverão estar permanentemente uniformizadas e munidas de ferramentas, equipamentos proteção indivi-

dual – EPI's, equipamentos de proteção coletiva – EPC's e materiais de consumo necessários à execução completa das tarefas.

5.2 Ficará a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura elaborar a programação de serviços, supervisionar e fiscalizar a sua execução. Os trabalhos serão executados de acordo com programação prévia deste Termo de Referência e/ou através de Ordens de Serviço indicando o tipo de trabalho a ser realizado, o efetivo de operários a serem utilizados, os locais de trabalho, os prazos de execução e o quantitativo do serviço.

5.3 A Secretaria Municipal de Infraestrutura - Sinfra poderá alterar o cronograma para ajustar a demanda do Município de Primavera do Leste.

5.4 A sinalização de atividades realizadas junto às vias públicas com trânsito de veículos deverá obedecer ao disposto no projeto de sinalização viária, a ser elaborado pela CONTRATADA, nos serviços que exijam sinalização viária.

5.5 A Empresa contratada será responsável pelo deslocamento de seus operários e materiais para as frentes de serviço. O deslocamento deverá, quando necessário, ser realizado com veículos devidamente adequados para tal fim e composto por banheiro químico itinerante.

5.6 A Empresa contratada será responsável pelo fornecimento de mão de obra, veículos, materiais e equipamentos para a execução dos serviços. A programação de serviços será repassada previamente à Empresa contratada, por meio de Ordens de Serviço devidamente assinada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e/ou pelo fiscal do contrato da Secretaria Municipal de Infraestrutura, onde deverão necessariamente constar as seguintes informações:

- a) Tipo de serviço a ser executado;
- b) Local de execução do serviço;
- c) Horários de execução;
- d) Efetivo de operários a serem empregados na sua execução;
- e) Ferramentas e equipamentos a serem utilizados;
- f) Prazo de execução;
- g) Quantitativo físico do serviço (quando for viável a sua mensuração);

5.7 Semanalmente ou até diariamente a Empresa contratada deverá buscar, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, as Ordens de Serviço expedidas.

## **6. VIGÊNCIA**

6.1 O período de vigência do contrato será de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial. Ressalvada a hipótese de prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, contados da data indicada no Termo de autorização de Início dos serviços.

6.2 O período de execução dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da Ordem de Execução dos Serviços.

## **7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

7.1 O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, observadas as seguintes condições:

- a) A licitante não deverá apresentar proposta com valores inexequíveis ou superiores ao valor estimado sob pena de desclassificação sumária da proposta, proposta esta em total conformidade com convenção coletiva da categoria.
- b) Considerarão preços inexequíveis aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

7.2 Após o fechamento da etapa de lances e suspensão da Sessão o Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério do menor preço por item, podendo encaminhar contraproposta diretamente a licitante que tenha apresentado lance de menor valor para que seja obtido preço melhor.

## **8. HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1 Os serviços serão executados em dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min as 17h00min.

8.2 Eventualmente, por razões de segurança/ urgência/emergência ou por conveniência da Secretaria, os serviços poderão ser executados à noite ou nos finais de semana, sem acréscimos de custos para administração pública.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 A CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1 Iniciar as demandas de execução de cada etapa dos serviços, a partir da solicitação da Secretaria/ setor solicitante no máximo em 24 horas ou em caso de urgência/emergência no ato da solicitação;

9.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3 A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá disponibilizar e manter quantitativo de pessoal compatível com as necessidades dos serviços quando autorizados.

9.1.4 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme dispõe o art. 71, Parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666/93;

9.1.6 Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços;

9.1.7 Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato; Substituir, sempre que exigido pela Secretaria, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes;

9.1.8 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítima (s) o (s) seu (s) empregado (s), em atividade nas dependências dos setores da Secretaria, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;

9.1.9 Providenciar para que os seus funcionários utilizem vestuário compatível com o ambiente de trabalho, bem como equipamento de proteção individual previsto pelas normas de segurança do trabalho;

9.1.10 A PRESTADORA DE SERVIÇOS ficará obrigada a executar os serviços programados no Termo de Referência - Especificações, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Fiscalização. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, retirada dos entulhos, reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;

9.1.11 Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução dos serviços;

9.1.12 Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados A Prefeitura Municipal ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências dos setores, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;

9.1.13 Não transferir a outrem os serviços contratados, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência de cada secretaria;

9.1.14 Fornecer as ferramentas necessárias para execução dos serviços contratados;

9.1.15 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto Contratado, em que se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

9.1.16 Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1 O CONTRATANTE obriga-se a:

10.1.1 Execução dos serviços;

10.1.2 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

10.1.3 Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução dos serviços;

10.1.4 Permitir livre acesso dos funcionários credenciados pela CONTRATADA aos locais de execução dos serviços;

10.1.5 Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

## **11. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

11.1 As despesas oriundas da presente contratação correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

**Secretaria de Infraestrutura: Ficha nº 993**

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1 O pagamento dos serviços será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 trinta dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, mediante controle emitido pelo fornecedor.

## **13. FISCALIZAÇÃO**

13.1 A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por representante legal da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL DE CONTRATO, devidamente designado pela Prefeitura Municipal/ou cada qual pela Secretaria responsável, conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2016**

**ANEXO II  
DO ORÇAMENTO**

1. Tendo em vista as peculiaridades desta contratação, apresentam-se os esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais **deverão ser observados pelas empresas licitantes** quando da elaboração de suas propostas de preços:
2. Para a elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços dos postos, foi considerado o piso salarial estabelecido na convenção coletiva de trabalho do sindicato dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços ora terceirizados vigentes neste ano no Estado em que os serviços serão executados.
3. Para a licitação, as licitantes deverão utilizar valores salariais conforme discriminado no item anterior.
4. As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços com base em convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada.
5. Na hipótese de eventual repactuação do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.
6. Caso a licitante utilize instrumento coletivo distinto do adotado neste Edital, deverá indicar em sua proposta a convenção coletiva de trabalho ou a norma coletiva a que esteja obrigada.
7. Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora.
8. Ainda que, em acordo ou convenção coletiva da categoria, haja previsão de reajuste escalonado de salários, a CONTRATADA aplicará aos salários dos empregados que prestam serviços ao Município os mesmos índices concedidos na repactuação contratual, independentemente da data de admissão do empregado nos quadros da CONTRATADA.
9. As planilhas deverão ser individualizadas por tipo de posto, no entanto a proposta para contratação terá que ser consolidada.
10. Caso a proposta da licitante apresente salário inferior ao piso salarial estabelecido no instrumento coletivo a que esteja obrigada, o Pregoeiro fixará prazo para ajuste da proposta.
11. O não atendimento à solicitação do Pregoeiro no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.
12. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.
13. Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais falhas apontadas pelo pregoeiro.
14. O LDI (Lucros e Despesas Indiretas) constante das planilhas de composição de custos e formação de preços engloba o lucro e as despesas administrativas e operacionais (Acórdão 2.369/2011-TCU-Plenário).

15. O orçamento dos custos dos serviços foi estimado levando-se em consideração a empresa optante pelo Lucro Presumido.

16. **Não serão aceitas propostas com valores globais superiores aos estimados, bem como:**

a) **propostas com valor unitário da mão de obra (total da planilha de custos e formação de preços de um empregado) superior ao estimado pela administração;**

b) **propostas com valor total dos materiais superior ao estimado pela Administração, nos casos em que a contratação envolver o fornecimento de materiais.**

17. O item referente ao Aviso prévio trabalho, será zerado após o primeiro ano de vigência do contrato.

18. **Planilhas de custos e formação de preços**

A indicação, nas tabelas abaixo, da jornada de trabalho dos empregados alocados para a prestação dos serviços foi efetuada apenas com a finalidade de elaboração do orçamento estimado da Administração, tendo em vista que caberá à contratada a definição da quantidade de empregados alocados para a prestação do serviço e da sua jornada de trabalho, com observância à legislação trabalhista.



**ANEXO II a**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO**

**COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO**

**CUSTO MENSAL DE AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS - VARRIÇÃO MANUAL**

Salário do funcionário de acordo com a convenção coletiva, benefícios, insalubridade, periculosidade, encargos sociais.		
Ajudante de Serviços Gerais - Salário		R\$ 1.001,34
Adicional de Insalubridade - grau médio	40%	R\$ 400,54
Total Mensal		R\$ 1.401,88
Custo de Encargos Sociais----->	72,34%	R\$ 1.014,12
<b>Planilha de Demonstrativo</b>		
Benefícios - Vale-Transporte		
Qtde. Viagens (2 viagens/dia x nº dias)		44,00
Tarifa de ônibus urbano		R\$ 3,10
Valor mensal		R\$ 136,40
Parcela do empregado (6% do salário base)		R\$ 60,08
Custo Mensal - Vale Transporte		R\$ 76,32

<b>Memória de Cálculo - RESUMO</b>	
Sálarios	R\$ 1.401,88
Encargos Sociais	R\$ 1.014,12
Vale Transporte	R\$ 76,32
Vale Refeição	R\$ 404,25
Cesta Básica	R\$ 100,00
Assistência Social Familiar Sindical	R\$ 2,36
PCMSO	R\$ 16,00
Vale gas	R\$ 40,00
Despesas Locomoção(local trabalho e retorno)	R\$ 120,54
Auxílio Creche	R\$ 3,13
Equipamentos/Ferramentas/Materiais	R\$ 75,74
Uniformes e EPI's	R\$ 88,50
Custo Total / mês	R\$ 3.342,82
B.D.I. adotado :	27,81%
	R\$ 4.272,50

– CUSTO DE UNIFORMES / E.P.I.'S / E.P.C'S	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
Luva de couro raspa curta	5	R\$ 12,50	R\$ 62,50
Luvas de malha, para varredores	5	R\$ 1,99	R\$ 9,95
Luvas emborrachadas C.A. 6545 para coletor	4	R\$ 8,90	R\$ 35,60
Capa de chuva curta na cor amarela	2	R\$ 16,90	R\$ 33,80
Capa de chuva longa na cor amarela	2	R\$ 23,40	R\$ 46,80
Calça e Camiseta manga longa na cor amarelo	4	R\$ 30,00	R\$ 120,00

Boné modelo toca árabe na cor amarelo	4	R\$	5,00	R\$	20,00
Colete refletivo de segurança	2	R\$	22,98	R\$	45,96
Botina de segurança, sem bico de aço	2	R\$	48,90	R\$	97,80
Óculos para proteção visual	5	R\$	3,10	R\$	15,50
Máscara anti pó para varredores	15	R\$	1,36	R\$	20,40
Bloqueador solar	1	R\$	22,67	R\$	22,67
				R\$	530,98
					88,50

**CUSTO DE FERRAMENTAS**

	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
Lutocar metálico ou polietileno de 100 L	1	R\$ 649,00	R\$ 649,00
Pá com cabo	1	R\$ 25,50	R\$ 25,50
á pequena de metal para lixo com cabo longo	1	R\$ 14,99	R\$ 14,99
Enxada com cabo	1	R\$ 28,15	R\$ 28,15
Rastelo com cabo	1	R\$ 30,58	R\$ 30,58
Garfo Ervateiro 3 dentes reto com cabo	1	R\$ 23,90	R\$ 23,90
Vassourão com cabo	2	R\$ 12,00	R\$ 24,00
Vassourinha com cabo	2	R\$ 13,10	R\$ 26,20
Carrinho de mão	1	R\$ 86,50	R\$ 86,50
			R\$ 908,82
			75,74

TOTAL GERAL MENSAL POR HOMEM

R\$ 4.272,50

TOTAL POR METRAGEM UNITARIA DE VARRIÇÃO

R\$ 0,49

**SERVIÇOS DE VARRIÇÃO MANUAL**

**RESULTADO DA ADEQUAÇÃO**

Categoria	Metragem Mensal a ser executada (ref a 20 dias)	Preço Homem/mês (m²)	TOTAL (R\$/mês)
Ajud. Serviços Gerais - gari varredor	560000	R\$ 0,49	R\$ 274.400,00
Total R\$/mês			<b>R\$ 274.400,00</b>

**\* A PLANILHA DE PREÇOS DEVERÁ SER COMPOSTA COM TODOS OS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS DA CONVENÇÃO COLETIVA E SEUS ADITIVOS ATUALIZADA. COMPONDO SEUS INSUMOS, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PLANILHA E PROPOSTA .**

Total de dias a executar	Valor total serviços pelo período
180	<b>R\$ 1.646.400,00</b>



**ANEXO II b**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO**

**COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO**

**CUSTO MENSAL DE AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS - PODA DE GRAMA**

Ajudante de Serviços Gerais - Salário		R\$	1.001,34
Adicional de Insalubridade - grau médio	40%	R\$	400,54
<b>Total Mensal</b>		<b>R\$</b>	<b>1.401,88</b>
Custo de Encargos Sociais----->	72,34%	R\$	1.014,12

**Planilha de Demonstrativo**

<b>Benefícios - Vale-Transporte</b>			
Qtde. Viagens (2 viagens/dia x nº dias)			44,00
Tarifa de ônibus urbano		R\$	3,10
Valor mensal		R\$	136,40
Parcela do empregado (6% do salário base)		R\$	60,08
<b>Custo Mensal - Vale Transporte</b>		<b>R\$</b>	<b>76,32</b>

**Memória de Cálculo - RESUMO**

Sálarios	R\$	1.401,88
Encargos Sociais	R\$	1.014,12
Vale Transporte	R\$	76,32
Vale Refeição	R\$	404,25
Cesta Básica	R\$	100,00
Assistência Social Familiar Sindical	R\$	2,36
PCMSO	R\$	16,00
Vale gás	R\$	40,00
Despesas Locomoção(local trabalho e retorno)	R\$	120,00
Auxílio Creche	R\$	3,13
Equipamentos/Ferramentas/Materiais	R\$	101,17
Uniformes e EPI's	R\$	92,93
<b>Custo Total / mês</b>	<b>R\$</b>	<b>3.372,15</b>
B.D.I. adotado :	27,81%	
<b>Preço mês do Ajudante de Serviços Gerais</b>	<b>R\$</b>	<b>4.309,98</b>

**- CUSTO DE UNIFORMES / E.P.I'S / E.P.C'S**

	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
Luva de couro raspa curta	5	R\$ 12,50	R\$ 62,50
Luvas de malha,	5	R\$ 1,99	R\$ 9,95
Luvas emborrachadas	4	R\$ 8,90	R\$ 35,60
Capa de chuva curta na cor amarela	2	R\$ 16,90	R\$ 33,80
Capa de chuva longa na cor amarela	2	R\$ 23,40	R\$ 46,80
Calça e Camiseta manga longa na cor amarelo	4	R\$ 30,00	R\$ 120,00
Boné modelo toca árabe na cor amarelo	4	R\$ 5,00	R\$ 20,00
Colete refletivo de segurança	2	R\$ 22,98	R\$ 45,96
Botina de segurança, sem bico de aço	2	R\$ 48,90	R\$ 97,80
Óculos para proteção visual	5	R\$ 3,10	R\$ 15,50
Máscara	2	R\$ 23,50	R\$ 47,00

Bloqueador solar	1	R\$	22,67	R\$	22,67
				R\$	557,58
					92,93

CUSTO DE FERRAMENTAS / EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
Pá com cabo	1	R\$ 25,50	R\$ 25,50
Garfo Ervateiro 3 dentes reto	1	R\$ 23,90	R\$ 23,90
Vassourão com cabo	2	R\$ 12,00	R\$ 24,00
Enxada com cabo	1	R\$ 28,15	R\$ 28,15
Rastelo com cabo	1	R\$ 30,58	R\$ 30,58
Gadanha com cabo	1	R\$ 50,00	R\$ 50,00
Chibanca com cabo	1	R\$ 39,95	R\$ 39,95
Foice com cabo	1	R\$ 47,20	R\$ 47,20
Estrovenga com cabo	1	R\$ 31,80	R\$ 31,80
Ciscador com cabo	1	R\$ 27,90	R\$ 27,90
Carrinho de mão	1	R\$ 86,50	R\$ 86,50
Roçadeira Costal à gasolina	1	R\$ 798,52	R\$ 798,52
			R\$ 1.214,00
			101,17

**CUSTO UNITÁRIO POR METRO DE PODA DE GRAMA**

TOTAL GERAL MENSAL POR HOMEM

R\$ 4.309,98

TOTAL POR METRAGEM UNITARIA DE PODA DE GRAMA

R\$ 2,41

**SERVIÇOS DE PODA DE GRAMA**

**RESULTADO DA ADEQUAÇÃO**

Categoria	Metragem a ser executada ( m <sup>2</sup> )	Preço Homem/mês (R\$/m <sup>2</sup> )	TOTAL (R\$/mês)
Ajud. Serviços Gerais	42850	R\$ 2,41	R\$ 103.268,50
		Total R\$/hora	<b>R\$ 103.268,50</b>

Total de dias a executar	Valor total serviços pelo período
180	<b>R\$ 619.611,00</b>

**ANEXO II c**

**BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI**

**PLANILHA RESUMO**

ITEM	%
Administração Geral	5,31
Seguros	0,50
Subtotal (X)	5,81
Lucro (y)	3,58
PIS (Instrução Normativa SRF nº 306)	1,65
COFINS (Lei nº 10.833/2003)	7,60
ISSQN	5,00
<b>TOTAL DESPESAS FISCAIS(I)</b>	<b>14,25</b>

$$BDI = \frac{(1+X/100) \cdot (1+Y/100)}{(1-I/100)}$$

**BDI adotado: 27,81 %**

**ANEXO II d**

**ENCARGOS SOCIAIS PARA SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA**

DESCRIÇÃO	%
<b>GRUPO A (básicos)</b>	
Previdência Social	20,00
F.G.T.S.	8,00
Salário Educação	2,50
SESI/SESC	1,50
SENAI/SENAC	1,00
INCRA	0,20
SAT ESPECIAL	-
Seguro Acidentes de trabalho	3,00
SEBRAE	0,60
<b>TOTAL GRUPO A</b>	<b>36,80</b>

<b>GRUPO B</b>	
Férias	12,27
Faltas abonadas	2,45
Licença Paternidade	0,01
Licença Maternidade	0,10
Faltas Legais	0,37
Acidente de Trabalho	0,02
Aviso prévio trabalhado	0,02
13º Salário	9,33
<b>TOTAL GRUPO B</b>	<b>24,57</b>

<b>GRUPO C</b>	
Demissão s/justa causa (indeniz. Comp.)	1,02
Aviso Prévio Indenizado	0,91
<b>TOTAL GRUPO C</b>	<b>1,93</b>

<b>GRUPO D (INCIDÊNCIA CUMULATIVA)</b>	
Grupo A x Grupo B	9,04
<b>TOTAL GRUPO D</b>	<b>9,04</b>

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>72,34</b>
--------------------	--------------

**ANEXO II e**

**PLANILHA DE BENEFÍCIOS**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

<b>VALE REFEIÇÃO</b>	
Benefícios - Vale Refeição	
Quantidade	1,00
Valor facial unitário	
Valor mensal	R\$ 404,25
Subtotal mensal	R\$ 404,25
Custo Mensal - Vale Refeição	R\$ 404,25

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

<b>CESTA BÁSICA</b>	
Benefícios - Cesta Básica	
Quantidade	1,00
Valor unitário	R\$ 100,00
Valor mensal	R\$ 100,00
Custo Mensal - Cesta Básica	R\$ 100,00

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL FAMILIAR SINDICAL</b>	
Benefícios - Assistência Social Familiar	
Quantidade	1,00
Valor unitário	R\$ 5,20
Valor mensal	R\$ 5,20
Participação do empregado	R\$ 2,60
Subtotal mensal	R\$ 2,60
Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,24
Custo Mensal - Assistência Social Familiar Sindical	R\$ 2,36

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

<b>VALE GÁS</b>	
Benefícios - Vale gás	
Quantidade	1,00
Valor unitário	R\$ 80,00
Periodo de entrega do benefício (meses)	R\$ 2,00
Custo Mensal - vale gás	R\$ 40,00
Custo Mensal - vale gás	R\$ 40,00

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

<b>AUXÍLIO CRECHE</b>	
Benefícios - Auxílio Creche	
Quantidade	1,00
Valor unitário	R\$ 718,00
Incidência de ocorrência	0,436%
Custo Mensal - Auxílio Creche	R\$ 3,13

**ANEXO II f**

**PLANILHA DE CUSTO PARA LOCAÇÃO DO VEÍCULO**

**Veículo tipo lotação com capacidade para transportar 12 passageiros incluindo motorista**

CUSTO MÉDIO DO VEÍCULO	R\$	70.000,00	%	VALOR
Depreciação			12,50%	8.750,00
Manutenção			5,00%	3.500,00
Remun. Capital			12,00%	8.400,00
Seguro veículo/passag.			8,00%	5.600,00
Licenciamento			0,00%	55,83
IPVA			4,00%	2.800,00
Seguro Obrigatório DPVAT			0,00%	344,95
TOTAL PARA 12 MESES				29.450,78
VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO				2.454,23

VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO DO VEÍCULO SEM BDI				2.454,23
VALOR MENSAL COMBUSTÍVEL				735,17
B.D.I. ADOTADO:	27,81	%		682,55
VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO DO VEÍCULO COM BDI				3.871,95

**ANEXO II g**

**PLANILHA DE CUSTO COM COMBUSTÍVEL**  
Veículo tipo lotação com capacidade para transportar 12 passageiros incluindo motorista

<b>HORAS TRABALHADAS</b>		
Horas trabalhadas diariamente	8	horas
Dias trabalhados no mês	22	dias
Total de horas trabalhadas no mês	176	horas
Total de horas trabalhados no ano	2.112	horas
<b>QUILOMETRAGEM PERCORRIDA</b>		
Quilometragem percorrida por dia (estimativa)	50	Km/dia
Quilometragem total percorrida em 1 mês	1.100	Km/mês
Quilometragem total percorrida em 12 meses	13.200	Km/ano
Consumo de combustível / Km percorrido (estimativa)	6	Km/L
Quantidade de litros consumido / mês	183,33	litros/mês
Preço médio da gasolina em Reais / Litro	4,01	em R\$
Custo mensal total de combustível		R\$ 735,17



**ANEXO II h**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO**

**COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO**

**CUSTO MENSAL DE AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS - VARRIÇÃO MANUAL**

INSUMOS			Valor unitário mensal em R\$ (%)
1	Mão de Obra (A)		
1.1	Salários /Benefícios/Periculosidade/Insalubridade		
1.2	Total Salários		R\$ -
<b>2</b>	<b>Encargos Sociais (sobre"total"- 1.3)</b>		
2.1	<b>Grupo A</b>	<b>35,80%</b>	<b>R\$ -</b>
2.1.1	INSS	20%	R\$ -
2.1.2	SESI ou SESC	1,50%	R\$ -
2.1.3	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ -
2.1.4	INCRA	0,20%	R\$ -
2.1.5	SEBRAE	0,60%	R\$ -
2.1.6	Salário Educação	2,50%	R\$ -
2.1.7	Seguro Acidente de e Trabalho/SAT/INSS	2,00%	R\$ -
2.1.8	FGTS	8,00%	R\$ -
2.2	<b>Grupo B</b>	<b>12,92%</b>	<b>R\$ -</b>
2.2.1	Férias sem abono constitucional	9,35%	R\$ -
2.2.2	Auxílio Enfermidade (≤15 dias)	2,20%	R\$ -
2.2.3	Licença Paternidade	0,01%	R\$ -
2.2.4	Faltas Legais	1,08%	R\$ -
2.2.5	Auxílio Acidente de Trabalho (≤ 15 dias)	0,22%	R\$ -
2.2.6	Aviso Prévio trabalhado	0,06%	R\$ -
2.3	<b>Grupo C</b>	<b>12,51%</b>	<b>R\$ -</b>
2.3.1	Abono constitucional de férias	3,12%	R\$ -
2.3.2	13º Salário	9,39%	R\$ -
2.4	<b>Grupo D</b>	<b>10,76%</b>	<b>R\$ -</b>
2.4.1	Indenização (rescisão s/ justa causa)	2,99%	R\$ -
2.4.2	Contribuição social (art.1º Complementar 110/01 – ainda em vigor)	0,75%	R\$ -
2.4.3	Aviso prévio indenizado	5,41%	R\$ -
2.4.4	Reflexo do aviso prévio indenizado sobre férias e 13º salário	1,05%	R\$ -
2.4.5	Indenização adicional	0,56%	R\$ -
2.5	<b>Grupo D</b>	<b>1,29%</b>	<b>R\$ -</b>
2.5.1	Incidência do Grupo A sobre licença=maternidade	0,73%	R\$ -
2.5.2	Incidência do FGTS sobre o acidente do trabalho (>15 dias)	0,00%	R\$ -
2.5.3	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,43%	R\$ -
2.5.4	Abono pecuniário	0,13%	R\$ -
2.6	<b>GRUPO F (Incidência cumulativa)</b>	<b>9,10%</b>	<b>R\$ -</b>
2.7	<b>Grupo A x (Grupo B + Grupo C)</b>	<b>9,10%</b>	<b>R\$ -</b>

		<b>82,38%</b>	R\$ -
<b>3</b>	<b>TOTAL (A) - Mão de obra + Encargos Sociais</b>		<b>R\$ -</b>
3.0	Insumos, Produtos e Equipamentos (B)		
3.1	EPI's e Uniformes		
3.2	Alimentação - (Cesta Básica - Gratificação por Assiduidade -)		
3.3	Transporte - (R\$ 55,00 -Manutenção)		
3.4	Equipamentos e Material de Consumo		R\$ -
3.5	Pcmso		
<b>B</b>	<b>TOTAL (B) - Outros Insumos</b>		<b>R\$ -</b>
<b>A+B</b>	<b>TOTAL (A+B) - Custo Direto - C.D</b>		<b>R\$ -</b>
4.0	Tributos (C) - Calculado sobre o total	%	
4.1	PIS	1,65%	
4.2	COFINS	7,60%	-
4.3	ISS	5,00%	
<b>X</b>	<b>TOTAL (C) - Tributos - T</b>	<b>15,25%</b>	<b>-</b>
5.0	Lucro, Custo Indireto, CSSL e I.R (D)	%	
5.1	Lucro antes do I.R - Lair	5,00%	-
5.2	Custos e Despesas Indiretas C.I	5,00%	-
5.3	IRPJ - *Sobre o Lucro	15,00%	-
5.4	CSSL - *Sobre o Lucro	9,00%	-
<b>D</b>	<b>TOTAL (D) - Custo Indireto e Lucro</b>		<b>-</b>
	<b>Custo Indireto, Tributos e Lucro (CITL)</b>		<b>-</b>
	<b>= (1 +C.I./100) / (1-(T/100)-(1/Lair)</b>		
6.0	<b>PREÇO DE REFERÊNCIA= C.D x CITL</b>		<b>-</b>
	<b>VALOR MENSAL</b>		<b>-</b>
	<b>CUSTO UNITARIO POR METRO DE VARRIÇÃO</b>		<b>-</b>



**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Contratante	CNPJ	Nº/Ano do contrato	Data de assinatura	Data de vigência	Valor anual
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____

Local e data

\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do emissor

**COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO 35 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, SUBCONDIÇÃO 35.8.4**

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}} \times 12 > 1$$

OBS: Esse resultado deverá ser superior a 1.

**COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO 35 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, SUBCONDIÇÃO 35.9**

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a administração pública em relação à receita bruta.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2016**

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA (PARA REALINHAMENTO)**

**Edital de Pregão Eletrônico nº 072/2016**

**Tipo:** MENOR PREÇO POR ITEM.

Nome de Fantasia: .....

Razão Social: .....

CNPJ: ..... OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO ( )

Endereço: .....

Bairro: ..... Município: .....

Estado: ..... CEP: .....

Fone/Fax: ( ) ..... E-MAIL: .....

Conta Corrente nº ..... Agência nº ..... Banco .....

Nome completo do responsável legal da empresa: .....

CPF: ..... RG: ..... CEL/TELEFONE: .....

**IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS DOS QUAIS FOI VENCEDOR:**

Item	Serviço	Quantidade	Unidade	Unit	Total

Prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta)** dias a partir da data de sua abertura.

Declaramos que estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas.

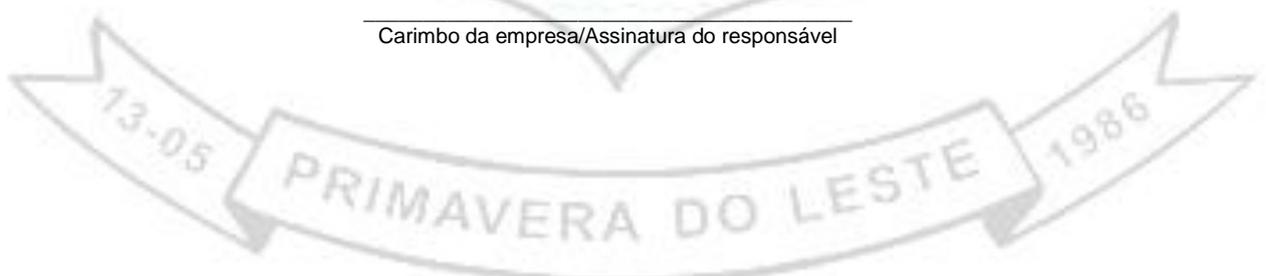
Declaramos que atendemos todas as exigências técnicas mínimas, inclusive de garantia, prazos de entrega e quantidades.

Informamos ainda, que os pagamentos deverão ser efetuados com todas as condições estabelecidas no Edital da Licitação e seus anexos, na Conta Corrente nº xxxxxxx Agência nº xxxx do Banco Xxxxxxxx.

OBS.: Anexar toas as Planilhas.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2016**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS**

Modelo da Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)  
(Papel timbrado da empresa)

A

Prefeitura Municipal de Primavera do Leste

Ref.: Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 072/2016

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 072/2016 – Prefeitura de Primavera do Leste/MT. DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz\*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.
- Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X do artigo 144 da Lei Complementar nº 04/90).

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz\*.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2016**

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

**(papel timbrado da empresa)**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, sediada na Rua/Av. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o número \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais, comprometendo-se nos termos da legislação reguladora da matéria, a informar a qualquer tempo, sob pena das penalidades cabíveis, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos a habilitação para este certame licitatório na Prefeitura Municipal de Primavera do Leste – PREGÃO ELETRÔNICO nº 072/2016, na forma determinada no § 2º, do artigo 32, da lei 8666/93 e alterações, devidamente assinada pelo representante legal da empresa participante.

Local e data,

\_\_\_\_\_  
(assinatura e identificação do responsável pela empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2016**

**ANEXO VII**

REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº123/2006)

\_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade R.G. nº. \_\_\_\_\_ - SSP/\_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, quando da sua participação na licitação, modalidade Pregão Nº. 072/2016 seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123/2006.

Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

**Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.**

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ/MF da empresa

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2016**

**ANEXO VIII**

**MODELO RECIBO RETIRADA EDITAL**

Quando da retirada do Edital enviar recibo, **COM TODOS OS CAMPOS COMPLETAMENTE PREENCHIDOS, NÃO MANUSCRITO**, OU SEJA, DIGITADO OU DATILOGRAFADO, **via e-mail: [licita3@pva.mt.gov.br](mailto:licita3@pva.mt.gov.br)**, para cadastro no sistema de gestão pública, utilizado pelo município, envio de informações sobre os fornecedores ao sistema APLIC do TCE e eventuais informações aos interessados, quando necessário.

<p><b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2016</b> <b>PROCESSO Nº 1351/2016</b></p>			
<p><b>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CONSERVAÇÃO DA ÁREA VERDE, VARRIÇÃO, RASPAGEM, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE MEIOS FIOS E SARJETAS, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.</b></p>			
<p><b>Razão Social:</b> <b>Nome Fantasia:</b> <b>Ramo Atividade:</b> <b>Natureza Jurídica:</b> <input type="checkbox"/> Ltda <input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> SA <input type="checkbox"/> Outras <input type="checkbox"/> Não enquadrada como ME ou EPP <input type="checkbox"/> Micro Empresa <input type="checkbox"/> Empresa Pequeno Porte <input type="checkbox"/> Optante pelo Simples</p>			
<p><b>CNPJ nº:</b></p>		<p><b>Insc. Estadual nº:</b></p>	
<p><b>Valor Capital Social:</b></p>			
<p><b>Sócio:</b></p>	<p><b>Cpf:</b></p>	<p><b>Data de Registro na Junta:</b></p>	
<p><b>Sócio:</b></p>	<p><b>Cpf:</b></p>	<p><b>Data de Registro na Junta:</b></p>	
<p><b>Sócio:</b></p>	<p><b>Cpf:</b></p>	<p><b>Data de Registro na Junta:</b></p>	
<p><b>Endereço:</b> <b>Bairro:</b> <b>Cidade:</b> <span style="float: right;"><b>Estado:</b> <b>CEP:</b></span></p>			
<p><b>Fone:</b></p>	<p><b>Fax:</b></p>	<p><b>E-mail</b></p>	<p><b>Data:</b></p>
<p><b>Nome do Responsável para contato:</b></p>			<p><b>Rubrica</b></p>

**ANEXO IX**

**MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos (ou declaramos) que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no (a) \_\_\_\_\_, executa (ou executou) serviços de \_\_\_\_\_ para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

**Observação:**

- 1) Este atestado (ou declaração) deverá ser emitido em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor.

**ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO N.º \_\_\_\_\_/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, E \_\_\_\_\_ PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE \_\_\_\_\_.**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE, Inscrito no CGC/MF sob o n.º 01.974.088/0001-05, Pessoa Jurídica de direito público, situada à Rua Maringá, n.º 444, Centro, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, neste ato representada por sua Secretária Municipal, Sr<sup>a</sup>. **NATALIE LOMBARDO CASTILHOS**, portadora do RG n.º 6080187146 SSP/RS e CPF n.º 955.040.011-53;

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo], portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) n.º \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo n.º 1351/2016 (Pregão Eletrônico 072/2016), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. O presente contrato tem como objeto a prestação dos serviços continuados de conservação da área verde, varrição, raspagem, limpeza e conservação de meios fios e sarjetas, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações do Anexos I, do Edital do Pregão Eletrônico n.º 072/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

1. O valor total deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

1. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da **Natureza da Despesa** \_\_\_\_\_, da **Atividade** \_\_\_\_\_, conforme Nota de Empenho n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO**

1. A execução contratual terá início:

### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

1. O prazo de vigência deste contrato é de 240 (duzentos e quarenta) dias, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento e o prazo de execução será de 180 (cento e oitenta) dias.
2. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante apostilamento, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:
  - 2.1. Prestação regular dos serviços;
  - 2.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais, exceto quanto a penalidades aplicadas por atraso na entrega da garantia;
  - 2.3. Manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
  - 2.4. Manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração;
  - 2.5. Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data que a CONTRATADA recebeu a sua via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
  - 2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
  - 2.2. multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;
  - 2.3. prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - 2.4. obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.
3. No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, poderá decidir-se por uma das seguintes alternativas:
  - 3.1. apresentar seguro-garantia para os riscos elencados nos subitens 2.1 a 2.4 do item 2 acima, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço” com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela CONTRATADA; ou
  - 3.2. apresentar seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço” para cobertura dos subitens 2.1 a 2.3 do item 2 acima, complementada com a garantia adicional da modalidade “Seguro-Garantia de Ações Trabalhistas e Previdenciárias” para o subitem 2.4 do item 2 acima, correspondentes a 1% (um por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, do valor atualizado do contrato.

4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica indicada pela Secretaria de Fazenda do Município, com correção monetária, em favor do Município de Primavera do Leste - MT.
5. A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme o modelo constante no Anexo XI.
6. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).
7. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.
  - 7.1. O bloqueio efetuado com base no item 7 desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.
  - 7.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 7 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
  - 7.3. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.
8. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.
9. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a FISCALIZAÇÃO do contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.
10. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Município de Primavera do Leste com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
11. Será considerada extinta a garantia:
  - 11.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 11.2. com a extinção do contrato.
12. Isenção de responsabilidade da garantia:
  - 12.1. O Município de Primavera do Leste não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
    - 12.1.1. caso fortuito ou força maior;
    - 12.1.2. alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
    - 12.1.3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

12.1.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

12.2. Caberá à própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 12.1.3 e 12.1.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Município de Primavera do Leste.

13. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DAS PARTES**

1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. A CONTRATADA deve:

2.1. nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato;

2.1.1. o preposto, aceito pela FISCALIZAÇÃO, deverá ser indicado mediante declaração. Na declaração deverá constar o nome completo, n. do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

2.1.2. o preposto deverá se apresentar à respectiva unidade fiscalizadora em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativos à sua competência.

2.1.3. o preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

2.1.4. a CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

2.2. manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

2.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

2.4. responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

2.5. respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CONTRATANTE, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde serão executados os serviços;

2.6. responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as

despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

- 2.7. comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 2.8. fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- 2.9. arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;
- 2.10. refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- 2.11. manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE;
- 2.12. recrutar, selecionar e encaminhar à CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida;
- 2.13. realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;
- 2.14. treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do Tribunal;
- 2.15. manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;
- 2.16. cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a FISCALIZAÇÃO do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
- 2.17. coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- 2.18. administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- 2.19. assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
- 2.20. instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;
- 2.21. registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;
- 2.22. cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
- 2.23. solicitar à Administração da CONTRATANTE autorização formal para retirada

de quaisquer equipamentos, pertencentes à CONTRATADA, que tenha levado para o local de execução do serviço;

- 2.24. responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos serviços;
- 2.25. manter sede, filial ou escritório na cidade ou região metropolitana onde serão prestados os serviços com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados.
  - 2.25.1. A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento desta obrigação;
- 2.26. tomar providências para que todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, possuam cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;
- 2.27. providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
- 2.28. efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;
- 2.29. pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- 2.30. responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 2.31. responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- 2.32. responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 2.33. responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 2.34. Adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e coo-

perativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto n. 5.940/2006.

3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.
4. Caso a CONTRATADA não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das faturas devidas os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.
5. Caso solicitado previamente pela CONTRATANTE, e desde que haja acordo individual escrito ou o instrumento coletivo permita, a CONTRATADA deverá executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida.
6. São expressamente vedadas à CONTRATADA:
  - 6.1. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
  - 6.2. a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
  - 6.3. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.
7. A CONTRATANTE deve:
  - 7.1. expedir a ordem de serviço;
  - 7.2. prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
  - 7.3. promover a alocação inicial dos postos de trabalho e devidos ajustes;
  - 7.4. solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
  - 7.5. observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.
  - 7.6. colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;
  - 7.7. efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do contrato;
  - 7.8. exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados para esse fim;
  - 7.9. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

## **CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor da CONTRATANTE designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.
2. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

## **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**

1. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO do Município de Primavera do Leste, a documentação a seguir relacionada:

1.1. **Mensalmente**, acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, no setor responsável pela fiscalização do contrato, cópias dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

2. Os documentos relacionados nas alíneas “a” a “d” do subitem anterior poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por cópia válida e atualizada do CRC.

### **3. Documentação adicional:**

3.1. No prazo de 15 (quinze) dias, **caso solicitado pelo fiscal do contrato:**

- a) Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade CONTRATANTE; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;
- c) Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- d) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

e) Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

**4. Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:**

4.1. No primeiro mês da prestação dos serviços:

a) Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;

i) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à FISCALIZAÇÃO.

b) Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novos empregados, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA.

4.2. Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que foram demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

**5. Recebimento da documentação**

5.1. Recebida a documentação mencionada na Cláusula Nona – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, a FISCALIZAÇÃO do contrato deverá apor a data de entrega ao MUNICÍPIO e assiná-la.

5.2. Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento de diligência da FISCALIZAÇÃO, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

5.3. Os documentos poderão ser entregues em cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência no local de recebimento.

5.4. As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formal e documentalmente esclarecidas.

- 5.5. Recebida a documentação, o fiscal do contrato deverá apor a data de entrega no MUNICÍPIO e assiná-la.
- 5.6. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE**

1. É admitida a repactuação dos preços deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do acordo, ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta e adotados para elaboração desta.

1.1. Inexistindo sentença normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, neste caso contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta.

2. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

3. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.

4. Ocorrerá igualmente a preclusão do direito à repactuação caso o pedido seja formulado depois de extinto o contrato.

5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

5.1. Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento – e por meio do mesmo instrumento – em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos dos itens 1 e 2 desta cláusula.

5.2. O item “aviso prévio trabalhado” será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato.

6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

7. É admitido, por ocasião da repactuação, o reajuste dos custos com insumos e materiais, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta.

7.1 Se, no momento da repactuação, a CONTRATADA ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos deste item, ocorrerá somente a repactuação, podendo, a CONTRATADA, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de 12 (doze) meses), solicitar o reajuste de direito.

8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

9. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

10. Para os reajustes de insumos e materiais será utilizada a variação do IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

**10.1. Fórmula de cálculo:**

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 10 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

11. Qualquer que seja a variação apurada nos termos do item anterior, o percentual de reajuste máximo a ser aplicado será aquele definido como centro da meta de inflação fixada – pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), nos termos do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999 – para o exercício em que tiverem início seus efeitos financeiros.

12. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do item 7 desta cláusula.

13. A repactuação e o reajuste ocorrerão simultaneamente e serão formalizados em um mesmo instrumento, por meio de apostilamento ao contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

1.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da pos-

sibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

1. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º 072/2016, constante do processo 1351/2016, bem como à proposta da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

1. A CONTRATADA deverá entregar até o dia 20 do mês subsequente ao da prestação do serviço, à FISCALIZAÇÃO, nota fiscal/fatura dos serviços, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no art. 31 da Lei 8.212, de 1991 e alterações posteriores;
2. A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim;
3. No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues à CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 1 desta Cláusula, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes;
4. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias úteis, contados da protocolização da nota fiscal/fatura e dos documentos relacionados na Cláusula Nona – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, subitem 1.1;
5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA;
6. A CONTRATADA deverá, durante toda a execução do contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual;
7. À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do contrato;
8. A CONTRATANTE está autorizada a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pelas empresas;
9. A não apresentação da documentação de que trata a Cláusula Nona – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA – nos prazos especificados, ou o não atendimento de regularização no prazo de 30 (trinta) dias contado da data de solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato, e quaisquer valores retidos somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se em dia;
10. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

11.1. O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no item 11 desta Cláusula não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

12. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

13. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

13.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FONTE**

1. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

- 1.1. do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;
- 1.2. da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;
- 1.3. do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES**

1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o Município e será descredenciada do CRC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- 1.1. apresentar documentação falsa;
  - 1.2. fraudar a execução do contrato;
  - 1.3. comportar-se de modo inidôneo;
  - 1.4. cometer fraude fiscal; ou
  - 1.5. fizer declaração falsa.
2. Para os fins do item 1.3 acima, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4” e “6”, e nas tabelas 2 e 3 abaixo, com as seguintes penalidades:
- 3.1. advertência;
  - 3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Município de Primavera do Leste, por prazo não superior a dois anos;
  - 3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou
  - 3.4. impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento no CRC, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.
4. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:
- 5.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço;
  - 5.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
6. No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens “5.1” e “5.2” acima, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de até 5% (cinco por cento) do contrato.
7. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 8, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 deste item, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente.

**Tabela 1**

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

8. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**Tabela 2**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA* % do valor anual do Contrato
1	0,1%
2	0,2%
3	0,3%
4	0,5%
5	1%
6	2%

**Tabela 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material;	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por dia e por posto
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZA-	5	Por ocorrência

	ÇÃO, sem motivo justificado;		
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
10	Retirar das dependências do TCU quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por ocorrência
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>			
12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por dia de ocorrência e por posto
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	2	Por empregado e ocorrência
19	Efetuar o pagamento de salários, vales transporte, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios.
20	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida neste edital.	1	Por empregado e por dia de atraso.
21	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
22	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
23	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por empregado
24	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na Cláusula Nona – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA deste documento.	1	Por ocorrência e por dia
25	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato	2	Por ocorrência e por dia
26	Manter em estoque equipamentos discriminados em contrato, para uso diário.	2	Por item e por dia de indisponibilidade.

27	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados	2	Por empregado e por dia de indisponibilidade do EPI.
28	Impor penalidades, em no máximo 15 dias da ocorrência, aos empregados que se negarem a utilizar EPIs.	2	Por empregado e por ocorrência.
29	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
30	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da CONTRATANTE.	2	Por equipamento e dia de atraso

9. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 9.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.
- 9.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 9.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 9.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.
10. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Primavera do Leste - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Primavera do Leste - MT, em [data].

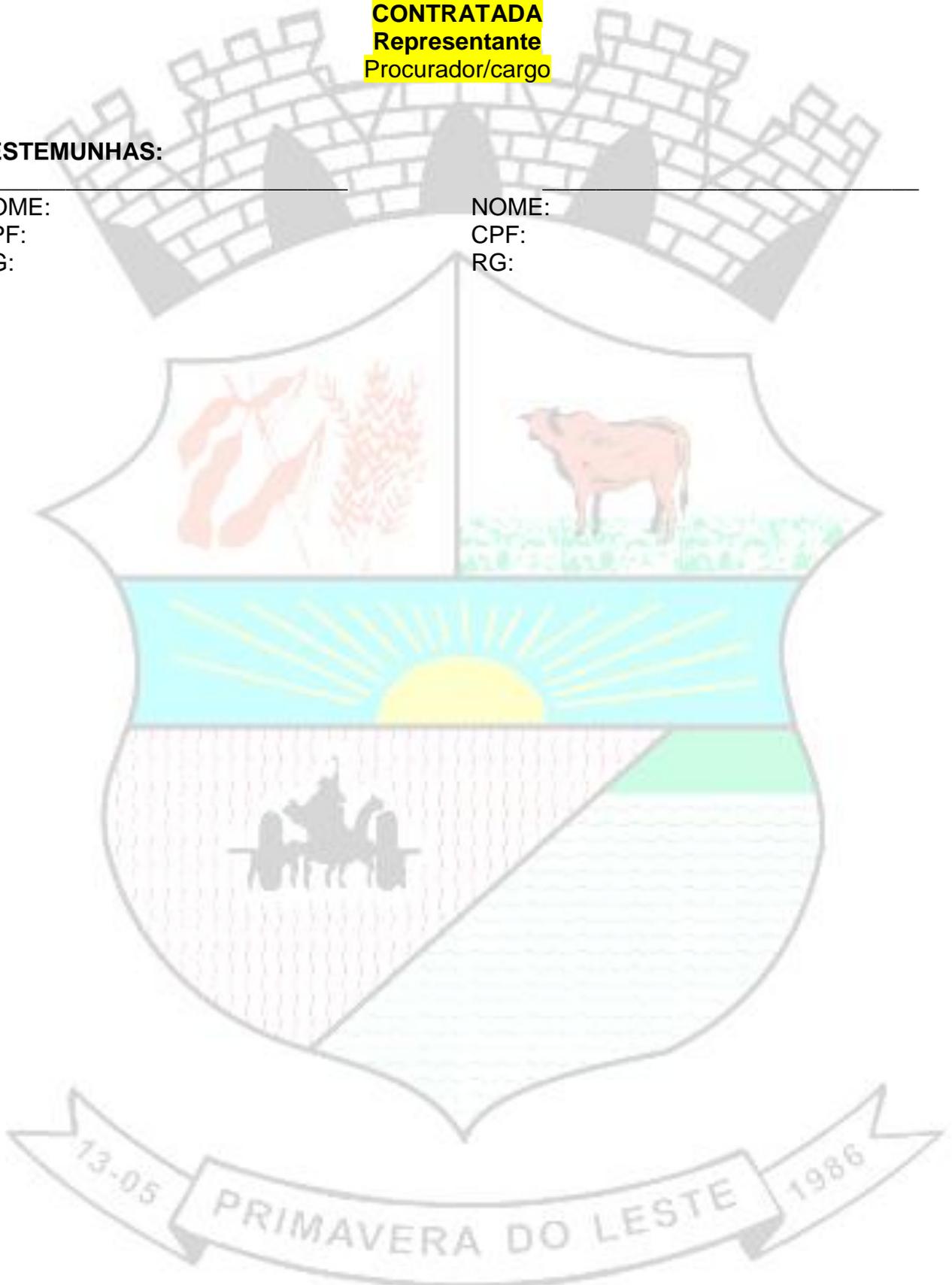
**MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE**  
**Secretaria Municipal de Infraestrutura**

**CONTRATADA**  
**Representante**  
**Procurador/cargo**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:  
RG:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:  
RG:



**ANEXO XI**

**MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

1. Pela presente, o (a) (nome da instituição fiadora) com sede em (endereço completo), por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como FIADOR e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da empresa (nome da empresa), com sede em (endereço completo), até o limite de R\$ (valor da garantia) (valor por escrito) para efeito de garantia à execução do Contrato nº (número do contrato, formato xx/ano), decorrente do processo licitatório (modalidade e número do instrumento convocatório da licitação – ex.: PE nº xx/ano), firmado entre a AFIANÇADA e o Município de Primavera do Leste por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura para (objeto da licitação).
2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa AFIANÇADA, de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:
  - a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
  - b) multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO À CONTRATADA;
  - c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
  - d) obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.
3. Esta fiança é válida por (prazo, contado em dias, correspondente à vigência do contrato) (valor por escrito) dias, contados a partir de (data de início da vigência do contrato), vencendo-se, portanto em (data).
4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o (a) (nome da instituição fiadora) efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do Município de Primavera do Leste.
5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o vencimento desta fiança.
6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa AFIANÇADA será admitida ou invocada por este FIADOR com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o Município de Primavera do Leste.
7. Obriga-se este FIADOR, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese de o Município de Primavera do Leste se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.
8. Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta fiança, o (a) (nome da instituição fiadora) não tiver recebido do Município de Primavera do Leste qualquer comunicação relativa a inadimplemento da AFIANÇADA, ou termo circunstanciado de que a AFIANÇADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em con-

sequência, de produzir qualquer efeito e ficando o FIADOR exonerado da obrigação assumida por força deste documento.

9. Declara, ainda, este FIADOR, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

10. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

(Local e data)

(Instituição garantidora)

(Assinaturas autorizadas)

